

Odete Medauar



CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

“Controle da Administração Pública” é tema de permanente atualidade ante a relevância desta fiscalização em todas as épocas. A cada espaço de tempo surgem novas perspectivas nesse âmbito e, mesmo, novos mecanismos em razão do avanço tecnológico, como a Inteligência Artificial – IA. Daí o crescente interesse por seu estudo, expresso em grande número de livros e artigos na matéria, na criação de disciplinas a respeito, nos Programas de Pós-Graduação, nas palestras, congressos e eventos jurídicos, por exemplo.

A nova edição deste livro recebeu atualização e ampliação, acolhendo a recente literatura nacional e estrangeira sobre o tema.

Que este livro possa contribuir para que se aprimorem, com equilíbrio e eficiência, os controles exercidos sobre a Administração Pública e propiciar bases de relevo aos estudiosos do Direito Público.

Área específica

DIREITO ADMINISTRATIVO

Áreas afins do livro

DIREITO CONSTITUCIONAL

Palavras-chave

CONTROLE. DIREITO.
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

FORMATO: 14,5 x 21,5cm

CÓDIGO: 4340

M488c Medauar, Odete

Controle da Administração Pública / Odete Medauar -- 5. ed. rev. ampl. e atual. --. Belo Horizonte: Fórum, 2025.

244 p. 14,5x21,5cm

ISBN impresso 978-85-450-0886-6

ISBN digital 978-85-450-0887-3

1. Administração Pública. 2. Inteligência artificial. 3. Direito público. 4. Direito constitucional. I. Título.

CDD: 342

CDU: 342

Ficha catalográfica elaborada por Lissandra Ruas Lima – CRB/6 – 2851

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

MEDAUAR, Odete. *Controle da Administração Pública*. 5. ed. rev. ampl. e atual. Belo Horizonte: Fórum, 2025. 244 p. ISBN 978-85-450-0886-6.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO À 5ª EDIÇÃO	11
APRESENTAÇÃO À 4ª EDIÇÃO	13
APRESENTAÇÃO À 2ª EDIÇÃO	15
INTRODUÇÃO	17
CAPÍTULO 1	
ACEPÇÕES DO TERMO CONTROLE.....	23
1.1 Etimologia.....	23
1.2 Acepções	24
CAPÍTULO 2	
NOÇÃO DE CONTROLE.....	27
2.1 Conceito.....	27
2.2 Caracterização.....	29
CAPÍTULO 3	
TIPOLOGIA DOS CONTROLES	35
3.1 Enumeração, tipologia, classificação	35
3.2 Diversidade na tipologia	35
3.2.1 Tipologias clássicas	36
3.2.1.1 Tipologia de Bergeron.....	36
3.2.1.2 Tipologia de Censio.....	37
3.2.1.3 Tipologia de Braibant, Questiaux e Wiener.....	39
3.2.1.4 Tipologia de Giannini.....	40
3.2.1.5 Tipologia de Seabra Fagundes e Caio Tácito.....	40
3.2.1.6 Tipologia de Hely Lopes Meirelles.....	41
3.2.2 Tipologias menos antigas	41
3.2.2.1 Tipologia de Chapus.....	42
3.2.2.2 Tipologia de Carabba	42

3.2.2.3	Tipologia de D'Auria	42
3.2.2.4	Tipologia de Mercati.....	43
3.2.2.5	Tipologia de Sorace e Torricelli	43
3.2.2.6	Tipologia de Casetta	43
3.2.2.7	Tipologia de Floriano de Azevedo Marques Neto.....	44
3.2.2.8	Tipologia de Jacqueline Morand-Deviller.....	44
3.2.2.9	Tipologia de Carlos Delpiazzo.....	45
3.2.3	Tipologia adotada	45
3.3	Controle sobre pessoa e controle sobre atividade	47
3.4	Controles permanentes ou contínuos e controles não permanentes e descontínuos.....	48
3.5	Impasses do controle e proposta de reforma do sistema de controle	49
3.6	Controles e os novos preceitos da LINDB	50

CAPÍTULO 4

	CONTROLES INTERNOS	51
4.1	Terminologia	51
4.2	Conceito	53
4.3	Finalidades.....	54
4.4	Tipologia	57
4.5	Critério do órgão ou agente controlador.....	57
4.5.1	Autocontrole.....	57
4.5.2	Controle hierárquico	58
4.5.3	Supervisão	62
4.5.4	Inspeção, auditoria, correição.....	62
4.5.4.1	Inspeção	62
4.5.4.2	Auditoria	64
4.5.4.3	Correição.....	64
4.5.5	Ouvidor	65
4.5.6	Pareceres vinculantes	66
4.5.7	Comissões de ética	69
4.6	Critério relativo ao aspecto da atuação controlada.....	70
4.6.1	Controle de legalidade, controle de mérito e de ambos.....	70
4.6.2	Controle de gestão.....	71
4.6.3	Controle de eficiência, controle de eficácia, controle de economicidade....	76
4.6.4	Controle contábil-financeiro	78
4.6.5	Controle da ética.....	81
4.7	Termo de ajustamento de gestão – TAG.....	83

CAPÍTULO 5

CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA PELA ADMINISTRAÇÃO DIRETA.....	85
5.1 Considerações gerais.....	85
5.2 Descentralização e controle	86
5.3 Terminologia	89
5.4 Finalidades do controle sobre a Administração indireta.....	90
5.5 Controle da Administração indireta e hierarquia.....	92
5.6 Modalidades de controle	94
5.7 Delineamento do controle sobre a Administração indireta no ordenamento brasileiro.....	96

CAPÍTULO 6

CONTROLE PARLAMENTAR	99
6.1 Terminologia	99
6.2 Controle parlamentar e regime de governo	100
6.3 Dificuldades do controle.....	101
6.4 O controle parlamentar na França	103
6.5 O controle parlamentar na Inglaterra.....	104
6.6 O controle parlamentar nos Estados Unidos.....	105
6.7 O controle parlamentar no Brasil.....	107
6.8 Aprimoramento do controle parlamentar	114

CAPÍTULO 7

CONTROLE DO TRIBUNAL DE CONTAS	117
7.1 Controle financeiro externo	117
7.2 Tipologia do controle financeiro externo.....	120
7.3 O Tribunal de Contas na Itália	120
7.4 O Tribunal de Contas na França.....	125
7.5 O Órgão de Contas na Inglaterra	126
7.6 Natureza do Tribunal de Contas em Portugal e na Espanha	126
7.6.1 Portugal.....	126
7.6.2 Espanha.....	127
7.7 O Tribunal de Contas no Brasil	128
7.7.1 História institucional	128
7.7.2 Atribuições do Tribunal de Contas.....	130
7.7.2.1 Matérias e aspectos	130
7.7.2.2 Rol de atribuições	132
7.7.3 Natureza do Tribunal de Contas.....	142

7.7.4	Natureza das funções do Tribunal de Contas.....	143
7.7.5	Aprimoramento do Tribunal de Contas.....	144

CAPÍTULO 8

O CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PELO OMBUDSMAN		147
8.1	Terminologia	147
8.2	Noção.....	147
8.3	Origem.....	147
8.4	Expansão.....	148
8.5	O <i>Ombudsman</i> na Suécia	149
8.6	O <i>Ombudsman</i> na Inglaterra	151
8.7	O <i>Defensor dos Direitos</i> na França.....	152
8.8	O <i>Provedor de Justiça</i> em Portugal.....	153
8.9	O <i>Defensor do Povo</i> na Espanha.....	154
8.10	O <i>Defensor do Povo</i> na Argentina	156
8.11	Ouvidoria no Peru.....	156
8.12	O Brasil e o <i>Ombudsman</i>	157
8.13	Apreciação	159

CAPÍTULO 9

CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PELO MINISTÉRIO PÚBLICO		161
9.1	Considerações preliminares	161
9.2	História institucional.....	162
9.3	Há controle do Ministério Público sobre a Administração Pública?	165
9.4	Atuações extrajudiciais do Ministério Público no controle sobre a Administração.....	166
9.5	Nota sobre o Ministério Público junto aos Tribunais de Contas	169

CAPÍTULO 10

NOVOS CONTROLES:CONTROLE SOCIAL E CONTROLE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS.....		171
10.1	Considerações preliminares	171
10.2	Controle social	172
10.3	Controle das políticas públicas.....	178

CAPÍTULO 11

CONTROLE JURISDICIONAL DA ADMINISTRAÇÃO		185
11.1	O controle jurisdicional	185
11.2	Aspectos terminológicos	187

11.3	Os sistemas ou modelos de controle jurisdicional	190
11.4	O sistema de jurisdição dupla: contencioso administrativo.....	192
11.5	O sistema misto.....	196
11.6	O sistema de jurisdição una.....	197
11.7	O sistema brasileiro de controle jurisdicional da Administração	199
11.7.1	O princípio da inafastabilidade do controle do Poder Judiciário	199
11.7.2	Inexigência de esgotamento da via administrativa	201
11.7.3	Legitimação ativa.....	204
11.8	Controvérsias sobre alcance do controle jurisdicional: controle restrito e controle amplo.....	205
11.9	Atos de governo	212
11.10	Controle dos motivos	213
11.11	Controle do fim	215
11.12	Controle das políticas públicas.....	216
11.13	Consequências do controle jurisdicional.....	223

CAPÍTULO 12

	NOTA SOBRE O USO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	225
12.1	Considerações preliminares	225
12.2	Exemplos de usos.....	226
12.3	IA no controle da Administração Pública	226
12.3.1	No controle interno	226
12.3.2	No controle externo.....	226
12.4	Regulamentação da IA.....	227
	BIBLIOGRAFIA	229